



Assembleia aprova RGA de 4,62%

Os deputados estaduais de Mato Grosso aprovaram nesta quinta-feira, 11 de janeiro, a Revisão Geral Anual (RGA) dos servidores públicos, em 4,62%. O índice segue a inflação oficial do país de 2023, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE) na quinta-feira, 11 de janeiro. O texto segue para sanção do governador Mauro Mendes (União Brasil). O índice será incorporado no salário de todos os servidores públicos do Estado já neste mês, cuja folha é paga no dia 31. O reajuste também é válido para

os servidores da Assembleia Legislativa (ALMT), Tribunal de Justiça (TJMT), Ministério Público Estadual (MP-MT), Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Defensoria Pública (DP-MT)

PÁG. 3

Descumprimento do TAC pode levar a intervenção total

O procurador-geral de Justiça, Deodete Cruz Junior, disse que o não cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado para a área da

Saúde pode levar a uma intervenção total na Prefeitura de Cuiabá. A fala foi feita na quarta-feira, 10 de janeiro, à rádio CBN Cuiabá. Quanto às dúvidas da

responsabilidade em assinar o TAC, o chefe do MP explicou que cabe ao responsável pelo órgão público naquele momento

PÁG. 6

Pescadores se recusam a fazer cadastro para auxílio

Marcos Vergueiro/Secom-MT



Pescadores cadastrados na Colônia Z5, de Barão de Melgaço (110 km de Cuiabá), decidiram seguir a orientação do presidente Domingos Antônio de Oliveira, conhecido como

Capim, e não vão fazer o Registro Estadual de Pescadores Profissionais (Repesca) do Governo do Estado. Os 800 trabalhadores não aceitam receber apenas um salário mínimo durante os

próximos três anos, como prevê a Lei do Transporte Zero. A legislação entrou em vigor no dia 1º de janeiro deste ano, com validade de cinco anos

PÁG. 6

Safra faz contratações dispararem

O período de safra da soja deve movimentar o mercado de trabalho na região de Primavera do Leste, no Mato Grosso, abrindo oportunidade também para trabalhadores de outras cidades

como Alto Garças, Alto Araguaia, Alto Taquari e Rondonópolis. A contratação de trabalhadores na modalidade de temporários é estratégica para o sucesso e eficiência da produção agrícola da

região e a estimativa é de que mais de 60 profissionais sejam contratados. A gerente Regiane Barbosa explica que a contratação é feita de acordo com a sazonalidade

PÁG. 8

Não vendemos boias,
vendemos segurança
para seu pandinha.

Unidade Shopping Estação Cuiabá-MT

QR code and Instagram logo

panda pool

REAJUSTE ANUAL

Deputados tentaram negociar reajuste maior, com os 5,86% previstos inicialmente pelo governo, mas não conseguiram; RGA será paga em janeiro

Assembleia aprova RGA de 4,62%

Da redação

Os deputados estaduais de Mato Grosso aprovaram nesta quinta-feira, 11 de janeiro, a Revisão Geral Anual (RGA) dos servidores públicos, em 4,62%. O índice segue a inflação oficial do país de 2023, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na quinta-feira, 11 de janeiro. O texto segue para sanção do governador Mauro Mendes (União Brasil).

O índice será incorporado no salário de todos os servidores públicos do Estado já neste mês, cuja folha é paga no dia 31. O reajuste também é válido para os servidores da Assembleia Legislativa (ALMT), Tribunal de Justiça (TJMT), Ministério Público Estadual (MP-MT), Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Defensoria Pública (DP-MT).

Inicialmente, o Governo havia encaminhado o projeto com previsão de 5,86%, mas reduziu o índice nesta quarta após a divulgação oficial da inflação.



Deputados tentaram negociar com o governo um índice maior de reajuste, mas não tiveram sucesso

Os deputados estaduais tentaram negociar a permanência do índice anterior, mas não conseguiram convencer o Governo.

“[O Governo] colocou IPCA, 4,62, exatamente igual. Nós estamos propondo que haja alguma concessão. Continuo essa

negociação, mas o governo tá meio, tá bem intransigente nisso”, disse o presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (União), momentos antes da votação.

Os parlamentares alegam que os servidores estão com defasagem no salário devi-

do a um calote da RGA durante a gestão Pedro Taques, que foi marcada por atrasos nos repasses e concessões do direito. Além disso, eles ainda não receberam o reajuste durante o período de pandemia.

No entanto, Botelho ressaltou que a Assem-

bleia Legislativa não tem mais poder para modificar o índice da RGA, após uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinar cabe apenas ao Poder Executivo estipular o valor do reajuste dos servidores, que deve ser único para todos os órgãos.

“A determinação do Supremo, de que só o Executivo pode definir os valores para todos, inclusive para todos os Poderes, meio que deixou a gente sem ferramentas para trabalhar, porque o valor que vem do governo, por exemplo, nós só podemos aqui discutir com eles e tentar [negociar]. Mas, nós não podemos impor um novo valor. Então, isso dificultou para nós. Isso criou um problema para o Legislativo, inclusive porque era o Legislativo que discutia isso e meio que tosou a gente, deixando tudo na mão do Executivo”, explicou.

Em nota, o governo destacou que utilizou o índice de inflação mais vantajoso para o servidor na hora de calcular o reajuste. Segundo o governo, a lei prevê a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a inflação para a camada mais pobre da população e fechou o ano em 3,71%. No entanto, foi feita a opção pelo IPCA, que fechou o ano em 4,62%.

TEMPO INDETERMINADO

TJ suspende processo de cassação de Fabiana

Da redação

A desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, suspendeu a sessão extraordinária marcada pela Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães para esta sexta-feira, 12 de janeiro, que tinha como objetivo cassar, novamente, a vereadora Fabiana Nascimento (PRD). A decisão foi proferida nesta quinta-feira, 11.

Ribeiro também suspendeu o processo de cassação de Fabiana até o fim do julgamento do recurso que contesta a legalidade do processo contra a vereadora.

“Ante o exposto, concedo, em parte, a antecipação da tutela recursal pretendida, para suspender a Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães convocada para o dia 12/01/2023, as 14:00h bem como o processo de cassação da Vereadora Fabiana Nascimento de Souza, até o julgamento final do Recurso pelo

Colegiado”, decidiu a desembargadora.

Nos autos, a magistrada explicou que o recurso julgado pelo juiz plantonista suspenso apenas o processo da perda do mandato da vereadora, não impedindo a realização de outras sessões para cassar o mandato de Fabiana.

“Assim, entendendo ser prudente, e até recomendável, que a questão acerca da alegada ausência, ou não, de justa causa para a abertura do processo de cassação do mandato da Vereadora Fabiana Nascimento de Souza, pela Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães, seja apreciada pelo Colegiado, na oportunidade do julgamento do mérito deste Recurso”, sustentou.

Fabiana enfrenta um processo de cassação por, supostamente, ter atuado como advogada em processo contra a Prefeitura de Chapada dos Guimarães, o que é proibido pela lei orgânica do município. No entanto, a mesma acu-

sação foi rechaçada pelo Ministério Público Estadual (MP-MT) e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MT).

Ainda assim, a vereadora chegou a ser cassada no dia 21 de dezembro, por 9 votos a 2, em uma sessão tumultuada que durou cerca de três dias.

Fabiana recorreu da cassação e, no dia 2 de janeiro, o juiz Renato José de Almeida Costa Filho, do Plantão Cível da Comarca de Chapada, concedeu liminar à vereadora, garantindo seu retorno ao cargo. O magistrado detectou irregularidades no processo de cassação da vereadora, mas permitiu a realização de uma nova sessão para corrigir as falhas no processo.

Com isso, o presidente da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães, Mariano Fidelis (PDT), marcou uma nova sessão extraordinária para a próxima sexta, na tentativa de cassar novamente o mandato de Fabiana.

REPÚDIO - A Associação Nacional da

Advocacia Criminal de Mato Grosso (Anacrim-MT) emitiu uma nota de repúdio contra o secretário municipal de Governo de Chapada dos Guimarães, Gilberto Mello, nesta quinta-feira, 10 de janeiro. O secretário acusou a vereadora Fabiana Nascimento (PRD) de usar

“apetrechos femininos” para protelar o processo de cassação. A Anacrim classificou a fala do deputado como “machismo institucional”.

Na última segunda-feira, 8, a desembargadora Graciema Ribeiro de Caravellas suspendeu a sessão de cassação por falha no

sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe). No mesmo dia, o secretário fez os comentários machistas contra Fabiana em um grupo de WhatsApp. Após as falas do secretário, a vereadora registrou um boletim de ocorrência por perseguição política e de gênero.



Desembargadora afirma que Câmara precisa esperar julgamento de recurso da vereadora Fabiana

FÊNIX DA POLÍTICA

“Se Lula autorizar o VLT, Emanuel se recupera”

Da redação

O deputado estadual Júlio Campos (União Brasil) acredita que se “for verdade” a notícia sobre a inclusão do Veículo Leve Sobre Trilho (VLT) no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com o valor previsto em R\$ 4,9 bilhões, o prefeito da capital, Emanuel Pinheiro (MDB), recupera o seu prestígio.

“Se Lula for incluir o VLT no PAC é [uma notícia] esplendorosa para nós cuiabanos. Critiquei o ex-governador Pedro Taques e Mauro Mendes que não quiseram reiniciar o VLT, que, com todos os defeitos, seria uma maravilha para Cuiabá. Mas foi tudo a zero. E se isso for verdade, Emanuel recupera seu prestígio porque o seu desprestígio está grande”, pontuou.

O parlamentar lembra que a população de Várzea Grande, infelizmente, vai ter que descer do BRT na região do Porto e entrar no VLT em Cuiabá. Ele também criticou o andamento das obras do BRT que está “devagar e quase parando”.

“Em Várzea Grande está devagar quase parando o BRT. Se o deputado Emanuelzinho conseguiu com sua habilidade política incluir Cuiabá no novo

PAC vamos ter uma grande surpresa. Mas o Lula é destemido. Não voto em Lula, mas se ele fizer isso, eu daria meu voto na segunda eleição dele. Nesta eleição eu votei no Bolsonaro, mas se for verdade essa notícia sobre o VLT, estarei com Lula”, disse ele durante entrevista na terça-feira (9), à rádio Cultura FM.

Júlio também aconselha que o prefeito Emanuel antes de deixar a Prefeitura de Cuiabá

deve realizar uma mega operação de tapa-buracos e concluir a obra do Contorno Leste.

“Emanuel antes de começar essa obra do [VLT], porque vai ser o sucessor quem vai ter os louros, ele tem que fazer duas coisas: terminar o Contorno Leste, tapar buracos e pintar e limpar a cidade. O Contorno Leste será de 17 km de avenida. Será outra grande avenida em Cuiabá, além da Av. das

Torres, que foi feita pelo deputado estadual Wilson Santos”, lembra.

Ele também comentou sobre o BRT na Couto Magalhães. Para ele a obra seria o “suicídio” político do prefeito Kallil Baracat (MDB). “Se ele autorizasse o BRT na Couto, ele perderia a reeleição. A Couto não suporta a quebradeira que seria lá, porque ela é toda de rede de água, fio, internet e tudo passa por essa via”.

CANSOU DE ESPERAR

Atendendo a pedido do presidente Lula, ministro Carlos Fávaro promete apoio e partido é convidado para indicar vice na chapa da esquerda

PSD fecha apoio à candidatura do PT

Da redação

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro (PSD), se reuniu com o presidente Lula da Silva (PT) no final da tarde de segunda-feira (8) para tratar sobre o tabuleiro eleitoral de Mato Grosso e a disputa pelo Palácio Alencastro na eleição deste ano. Do encontro, saiu um compromisso para que o PSD apoie a candidatura do PT para a Prefeitura de Cuiabá neste ano.

Fávaro conta que explicou a Lula que seu partido ficou esperando por cerca de um ano uma resposta do presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (União), com a intenção de lançá-lo como pré-candidato. Porém, a situação de Botelho segue indefinida, já que ele ainda busca espaço dentro do União Brasil para lançar sua candidatura.

“Após a solenidade de 8 de Janeiro, o presidente me convidou para ir lá no Palácio e quis falar um pouco de política. Ele pediu pra explicar o tabuleiro de como é que está sen-

do montado em Mato Grosso. Expliquei que o PSD não tinha definição em Cuiabá e há um ano aguarda Botelho [...], mas que ele quer mesmo é ser candidato pelo União Brasil”, disse.

Conforme Fávaro, Lula pediu que o PSD apoie a a pré-candidatura do PT em Cuiabá, que ainda irá definir entre o deputado estadual Lúdio Cabral e a ex-deputada federal Rosa Neide, atual diretora da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

“[Lula] disse que quer o PSD junto com a Federação, se o PSD não tem definição, e disse respeitar [o PSD]”, disse.

O ministro terá outra agenda com o presidente Lula para tratar sobre o pleito eleitoral das cidades de Cuiabá, Rondonópolis, Várzea Grande e demais grandes polos.

“Marcamos para o final do mês de janeiro para definirmos a candidatura. E vamos deixar para escolher vice na convenção [do PT], junto com a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann e com o presidente do PT em



Segundo Fávaro, Lula perguntou se o PSD teria condições de indicar o vice na chapa da esquerda em Cuiabá

Mato Grosso, deputado estadual Valdir Baranco. Vamos ampliar o debate e alinharmos a candidatura em Cuiabá. Depois disso, ele [Lula] perguntou um pouco de Rondonópolis e expliquei que o quadro está indefinido, porém com

algumas candidaturas. Temos as apostas do PSD, tem candidatura do PSB, tem candidatura do PT e outros. E o presidente disse pra colocarmos isso na mesa e organizar o nosso grupo político em Mato Grosso”, disse Fávaro, du-

rante entrevista à Rádio Cultura FM.

Por fim, o presidente do PSD em Mato Grosso falou que não impôs a indicação de um vice do PSD em Cuiabá. Porém, a oferta teria sido feita pelo próprio Lula e deve ser debatida com a federa-

ção Brasil da Esperança (PT-PV-PCdoB).

“Eu não impus a vice, mas passa pela vice. O [Lula] falou assim ‘vocês têm bons nomes e poderia indicar um vice?’. Vamos levar para Federação e debateremos isso”, concluiu

NOVELA ELEITORAL

Russi nega acordo para apoiar Garcia em Cuiabá



Russi enfatizou que a decisão sobre o apoio do partido será tomada em conjunto, em fevereiro

Gabriel Soares

Presidente do PSB em Mato Grosso, o deputado estadual Max Russi afirmou que seu partido ainda não fechou apoio a nenhum pré-candidato a prefeito em Cuiabá. A fala de Max é uma resposta a uma manifestação recente do deputado Beto Dois a Um (PSB), que já teria antecipado seu apoio à pré-candidatura de Fábio Garcia.

Em conversa com jornalistas na manhã de sexta-feira, 5 de janeiro, Russi enfatizou que a decisão sobre o apoio do partido será tomada em conjunto, mais à fren-

te. Ele reconheceu que Beto tem liberdade para apoiar quem quiser, mas deixou claro que a posição partidária precisa ser definida em conjunto com as demais lideranças do PSB.

“Não tá fechado com ninguém, nós nem conversamos com o Fábio, nem com ninguém. Aí é opinião pessoal do Beto. O deputado tem opinião pessoal dele, o mandato dele, a defesa dele. Dentro do partido, quem manda não é o Max, não é o Beto, não é Allan, não é Fabinho... é um coletivo”, enfatizou.

Segundo Max, o PSB ainda não iniciou tratativas com nenhum par-

tido ou pré-candidato. O alinhamento do partido para as eleições de 2024 em Cuiabá deve ser definido em uma reunião que acontecerá até o mês de fevereiro.

“Nem abrimos negociação, nem estamos conversando sobre isso ainda. Nós vamos conversar, vamos reunir o partido, provavelmente lá em fevereiro, para definir as composições. Hoje não tem nada alinhado em termos de apoio”, concluiu.

No começo do ano passado, Russi chegou a convidar o presidente da Assembleia, Eduardo Botelho (União), para ser o candidato do PSB

à Prefeitura de Cuiabá. Isso porque Botelho vive uma indefinição dentro do União Brasil, disputando a preferência interna com o secretário-chefe da Casa Civil, Fábio Garcia. A indefinição persiste e Botelho tem procurado uma nova casa, mas tudo indica que não será no PSB.

Em entrevistas mais recentes, Russi já descartou a possibilidade de disputar a Prefeitura da capital e afirmou que o PSB deve se concentrar em ampliar sua participação na Câmara de Vereadores, com objetivo de eleger quatro parlamentares em 2024.

NOVELA ELEITORAL

Futuro de Botelho deve ser definido em janeiro

Da redação

O futuro político do presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (União), deve ser definido até o final deste mês. Em conversa com jornalistas na segunda-feira, 8 de janeiro, o deputado estadual Júlio Campos (União) afirmou que já está pacificado que Botelho será liberado caso não haja um consenso dentro do partido em favor de sua candidatura a prefeito de Cuiabá nas eleições deste ano.

Botelho vive uma "queda de braços" com o secretário-chefe da Casa Civil, Fábio Garcia, que tem a preferência pessoal do governador Mauro Mendes para ser o candidato do União Brasil a prefeito de Cuiabá. Sem encontrar espaço na sigla, Botelho já tem as malas prontas para mudar de partido, mas pre-

cisa da carta de liberação para não incorrer em infidelidade partidária, o que poderia custar seu cargo de deputado.

“Final do mês nós temos uma resposta para isso, né?! O governador pediu um tempo e isso vai ocorrer daqui até final do mês para ver se chega um consenso dentro do União Brasil. Não chegando, o governador confirmou que a carta de liberação do deputado Botelho para uma mudança partidária será assinada com restrição, até final do mês”, garantiu Júlio.

Segundo o deputado, a carta de liberação também será oferecida aos parlamentares que quiserem acompanhar Botelho para outra legenda, sem nenhuma restrição por parte do governador Mauro Mendes, presidente do partido em Mato Grosso.

Atualmente, Botelho goza do apoio de todos os deputados estaduais do União Brasil. Mesmo assim, Júlio avalia que a saída do presidente da Assembleia não deve provocar uma grande debandada na sigla. Segundo ele, pode haver um acordo para liberar os demais deputados para apoiarem a candidatura Botelho, mesmo que ele esteja em outro partido.

“Mudar de partido não é fácil, né?! Tem que ser muito bem estudado, mas que vai haver uma liberação de apoio ao candidato do outro partido, pode haver. Isso já ocorreu várias vezes nas eleições de Mato Grosso”, afirmou.

O provável destino de Botelho, caso escolha mudar de partido, é o PSD, do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro. A sigla já ofereceu toda a estrutura neces-

sária para que o presidente da Assembleia trabalhe sua candidatura em Cuiabá e aguarda apenas uma definição dele.

SONDAGEM - Apesar de evitar falar em uma debandada, o próprio Júlio admitiu que tem conversado com lideranças de outros partidos e que pode, sim, mudar de sigla em um futuro próprio. Um de seus possíveis destinos é o recém-criado Partido da Renovação Democrática (PRD).

“Esse final de semana, conversei muito com o [...] presidente do PRD, o Partido de Renovação Democrática, que é o novo 25. E aí, vamos conversando... Tudo é possível. [...] Você sabe aquela frase famosa de Ulysses Guimarães? A política é que nem nuvem, cada hora está de um jeito”, concluiu.



Júlio Campos garante que Botelho será liberado sem empelinhos caso não haja um acordo para sua candidatura

ROTA PARA CHAPADA

Presidente da Assembleia dá como certa a construção da nota rodovia para ligar Cuiabá e Chapada dos Guimarães: "Vai sair do papel, sim"

"AL não vai abrir mão da MT-030"



Gilberto Leite

Segundo Botelho, deputados devem cobrar o governo para que a obra da MT-030 tenha início ainda este ano

Da Redação

O presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (União), afirmou na segunda-feira, 8 de janeiro, que os deputados estaduais não vão desistir da construção da MT-030, proposta de rota alternativa mais curta para ligar Cuiabá a Chapada dos Guimarães. Além de reservar recursos no Orçamento de 2024 para a obra, eles pretendem fazer pressão para que o governo tire do papel esse projeto, que já tem mais de uma década em debate.

Já existe um consenso na Assembleia Legislativa para reservar ao menos R\$ 50 milhões para a implantação da MT-030, o que já inclui o custo de elaboração do projeto. A expectativa dos deputados é que o governo comece a obra ainda este ano. Porém, a Assembleia também trabalha com medidas alternativas para garantir o trânsito entre Cuiabá e Chapada até a conclusão da MT-030.

“A Sinfra não posicionou, mas os deputados têm essa posição e a Assembleia não vai abrir mão disso. Vamos continuar insistindo nisso”, afirmou Botelho. “Vai sair do papel, sim. Vai sair, vai ser feito. Ah, com certeza que dá tempo de fazer, né? Eu tenho certeza que dá”, emendou.

A implantação da rodovia chegou a ser ventilada em governos passados, mas ficou “engavetada” por vários anos. No entanto, a construção de uma nova ligação com Chapada dos Guimarães se tornou uma necessidade urgente diante dos constantes deslizamentos de terra que têm acontecido na região do Portão do Inferno e levaram ao bloqueio da rodovia por diversas vezes neste final de ano. Atualmente, a MT-251, conhecida como Estrada de Chapada, tem sido fechada sempre que há chuvas na região do Portão do Inferno.

Apesar do interesse dos deputados, o governador Mauro Mendes (União) não tem se mostrado convencido da viabilidade da nova estrada para Chapada. Em entrevistas recentes, Mauro questionou a necessidade desse investimento, argumentando que o governo tem outras prioridades na infraestrutura e já está tomando medidas emergenciais para ga-

rantir o trânsito entre a capital e Chapada.

“Eu quero estudar mais o projeto para ver a viabilidade dele. É ótimo ter duas estradas levando ao mesmo [rumo]. Se pudesse ter três, seria melhor ainda, mas nós temos que reconhecer que temos dezenas de prioridades no estado e elas têm que administradas uma a uma para que todo o Mato Grosso seja atendido com o dinheiro que nós arrecadamos”, afirmou o governador na ocasião.

ESTRADA PARA CHAPADA

AL vai reservar recursos para implantar MT-030

Gabriel Soares

A deputada estadual Janaina Riva (MDB) reafirmou na última quarta-feira, 3 de janeiro, que a Assembleia Legislativa fará uma alteração na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 para reservar recursos para iniciar as obras de uma nova estrada ligando Cuiabá e Chapada dos Guimarães, a MT-030.

Idealizada há mais de uma década, a MT-030 deve reduzir a distância entre Cuiabá e Chapada para apenas 30 quilômetros. O traçado da rodovia começa na região da Ponte de Ferro, em Cuiabá, e segue o linhão da usina do Rio da Casca até a MT-251, na altura

da subestação de energia de Chapada dos Guimarães.

“A princípio, o que a gente já tem estabelecido, é que será deixado R\$ 5 milhões para a obra. Nenhuma outra rodovia foi colocada ali para a Assembleia direcionar, até porque o governo já tem muitos projetos, que demorariam, segundo o próprio governo do Estado, até 2030 para concluir tudo que já está protocolado lá. Mas, a MT-030 a gente entende que é uma situação atípica, emergencial e excepcional”, afirmou Janaina.

A implantação da rodovia chegou a ser ventilada em governos passados, mas ficou “engavetada” por vários anos. No entanto, a

construção de uma nova ligação com Chapada dos Guimarães se tornou uma necessidade urgente diante dos constantes deslizamentos de terra que têm acontecido na região do Portão do Inferno e levaram ao bloqueio da rodovia por diversas vezes neste final de ano. Atualmente, a MT-251, conhecida como Estrada de Chapada, tem sido fechada sempre que há chuvas na região do Portão do Inferno.

Por outro lado, o governador Mauro Mendes (União) ainda não está convencido de que a implantação da MT-030 seja realmente uma necessidade urgente. Em entrevista realizada no final de dezembro, Mau-

ro afirmou que o Governo do Estado tem projeto para duplicar a Estrada de Chapada, que depende apenas da liberação de licença ambiental do governo federal, já que a MT-251 corta o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães.

“Eu quero estudar mais o projeto para ver a viabilidade dele. É ótimo ter duas estradas levando ao mesmo [rumo]. Se pudesse ter três, seria melhor ainda, mas nós temos que reconhecer que temos dezenas de prioridades no estado e elas têm que administradas uma a uma para que todo o Mato Grosso seja atendido com o dinheiro que nós arrecadamos”, afirmou o governador na ocasião.



Gilberto Leite

Janaina avalia que construção da MT-030 é prioridade e defende alocação de recursos na LOA 2024

TRANSPORTE ZERO

Deputados querem postergar vigência para 2025

Da redação

Mais um capítulo sobre a lei da Lei 12.197/23, conhecida como “transporte zero”. Depois do anúncio de que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, não vai acatar o pedido de liminar para derrubá-la, desconsiderando os argumentos do MDB e do PSD de inconstitucionalidade, um grupo de deputados decidiu por outra estratégia.

Liderados por Wilson Santos (PSD), os petistas Lúdio Cabral e Valdir Barranco, além dos emedebistas Dr. João e Juca do Guaraná, os parlamentares apresentaram novo projeto de lei alterando o início de vigência do “Transporte Zero”, de janeiro de 2024, para janeiro de 2025.

“Fica alterado o art. 10, da Lei 12.197, de 20 de julho de 2023, que “Acrescenta e altera

dispositivos da Lei nº 9.096, de 16 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a Política da Pesca no Estado de Mato Grosso e dá outras pro-

vidências”, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 10 Esta Lei entrará em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 2025”.”

De acordo com a nova proposta, a alteração visa “conceder uma “vacatio legis” suficiente para que os pescadores, ribeirinhos e

empresários do setor da pesca, possam se adequar ao novo regramento, respeitando ainda o princípio da segurança jurídica e da ampla publicidade”. Ou seja, mais tempo para que os trabalhadores se adequem à nova lei.

Wilson argumenta, entre outras coisas, que o próprio governo, autor da lei, não cumpriu com regras da nova legislação, como o Registro Estadual de Pescadores Profissionais (Repesca), necessário ao recebimento do auxílio pecuniário que deveria ser pago “nos meses em que não coincidirem com o período de defeso em Mato Grosso, considerando que serão atendidos pelo benefício de seguro-desemprego, estabelecido pela Lei Federal nº 10.779, de 25 de novembro de 2003”.

“Como o Governo não cumpriu com suas responsabilidades naquilo que a lei estabeleceu

que era recadastramento dos pescadores, e de última hora, no apagar das luzes, está tentando fazê-lo; como não apresentou nenhuma linha de financiamento aos pescadores; como não apresentou nenhum programa de capacitação ou treinamento para os pescadores, não fez absolutamente nada. O governo não fez nada em relação a lei 12.197/2023, e estamos apresentando novo projeto para que os efeitos dessa lei só sejam produzidos a partir de janeiro de 2025”, explicou Wilson Santos.

O deputado ainda assegurou que o ministro André Mendonça deve realizar uma reunião com representantes do Governo de Mato Grosso e do Governo Federal para tentar uma conciliação acerca do tema.

“Portanto, este pedido de mudança do período de vigor da lei se faz ainda mais necessário”, completou.



Gilberto Leite

Grupo liderado por Wilson Santos apresentou novo projeto de lei para alterar data de início da proibição da pesca

SAÚDE DE CUIABÁ

Descumprimento do TAC firmado para a área da Saúde pode levar a uma intervenção total na Prefeitura, diz procurador-geral de Justiça

"Queremos um esforço do prefeito"

Da redação

O procurador-geral de Justiça, Deosdete Cruz Junior, disse que o não cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado para a área da Saúde pode levar a uma intervenção total na Prefeitura de Cuiabá. A fala foi feita durante entrevista na quarta-feira, 10 de janeiro, à rádio CBN Cuiabá.

"Temos uma sentença e o descumprimento dessa decisão pode abrir margem em um cenário mais drástico a uma nova intervenção, não só na Saúde, mas uma intervenção total [na prefeitura]. Eu espero não ter que fazer um pedido como este, por isso, acreditamos na possibilidade do município, através do seu prefeito, cumprir essa decisão", disse o procurador.

Quanto às dúvidas da responsabilidade em assinar o TAC, o chefe do

MP explicou que cabe ao responsável pelo órgão público naquele momento firmar o compromisso, que posteriormente foi homologado no Tribunal de Justiça.

"Quem se responsabiliza pelo acordo é o órgão público, que é representado por um gestor. E até o dia 31 de dezembro de 2023, era a interventora [Danielle Carmona] quem era responsável pelo órgão. Ela assinou esse acordo e que foi submetido a uma homologação no Tribunal de Justiça, agora tem uma sentença que obriga o cumprimento desta decisão. Que foi questionada com duas ações que não obtiveram sucesso. É natural esses questionamentos e é legítimo. Mas não podem deixar de cumpri-las", apontou.

O procurador reconhece que a Saúde do Município de Cuiabá enfrenta sérios problemas

que não foram sanados pela Intervenção do Governo e, por isso, o TAC foi necessário para que o município de Cuiabá continuasse na mesma linha de trabalho da intervenção.

"Queríamos que houvesse um esforço do prefeito [Emanuel Pinheiro] e da sua equipe para dar prosseguimento às conquistas. Não estamos dizendo que o trabalho da intervenção tornou a Saúde Pública perfeita e impecável, ao contrário, há diversos desafios a serem superados, mas é um esforço conjunto de um gestor sucedendo o outro é que vai fazer com que a sociedade vai ser bem atendida. É isso que desejamos", esclareceu ele.

Ele lembra que o Município será fiscalizado por uma comissão especial constituída no próprio TAC, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que perio-



Deosdete Cruz diz torcer para que Emanuel melhore a gestão da Saúde e faz alerta contra descumprimento do TAC

dicamente irá apontar se todos os itens do TAC estão sendo cumpridos pela gestão.

"Terá relatórios periodicamente da comissão, que vai analisar

ocorrências de desconformidades do TAC. Iremos pedir para corrigir e, se não cumprida, poderemos pedir afastamento do gestor e até a uma nova intervenção.

[A prefeitura precisa apontar o porquê, caso ocorra descumprimentos]. Mas não toleraremos o descumprimento da decisão judicial", avisou.

TRANSPORTE ZERO

Pescadores se recusam a fazer cadastro para auxílio do governo

Da Redação

Pescadores cadastrados na Colônia Z5, de Barão de Melgaço (110 km de Cuiabá), decidiram seguir a orientação do presidente Domingos Antônio de Oliveira, conhecido como Capim, e não vão fazer o Registro Estadual de Pescadores Profissionais (Repesca) do Governo do Estado. Os 800 trabalhadores não aceitam receber apenas um salário mínimo durante os próximos três anos, como prevê a Lei 12.197/2023, conhecida como Transporte Zero.

A legislação que entrou em vigor no dia 1º de janeiro deste ano, com validade de cinco anos, proíbe o transporte, armazenamento e venda de peixes retirados dos rios de Mato Grosso e inviabiliza a atividade profissional da pesca. A lei é questionada no Supremo Tribunal Federal (STF) quanto à sua inconstitucionalidade, já que fere a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca que regula as atividades pesqueiras no país, descrita na lei 11.959/2009.

"O governo quer pagar um salário para o

pescador que trabalha dentro da lei conseguindo ganhar pelo menos R\$ 5 mil, e só por 3 anos. Isso é inaceitável. Além disso, só vai pagar nos 8 meses fora da Piracema. E nos outros quatro meses, como fica? Com essa nova lei em Mato Grosso vamos continuar recebendo o seguro defeso do Governo Federal? O pescador tá numa situação que não sabe o que fazer", disse Capim.

"O cadastro que o governo lançou ninguém é capaz de preencher, cheio de burocracia. Diz que é pra saber quantos pescadores profissionais

tem em Mato Grosso. Ora, todos estamos cadastrados nas Colônias. O Governo sabe quantos nós somos, onde estamos e como trabalhamos. Vamos esperar a decisão do STF pra só depois decidir o que fazer. Acredito que vamos vencer esta batalha", disse Domingos Capim.

AÇÕES NO STF - A lei do Transporte Zero é alvo de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) promovidas pelo MDB e pelo PSD que tramitam no STF. A relatoria é do ministro André Mendonça, que já recebeu pareceres técni-

cos da Advocacia Geral da União (AGU), da Procuradoria Geral da República (PGR) e do próprio Ministério da Pesca e da Aquicultura contrários à lei estadual.

Mendonça já conversou com o governador de MT, Mauro Mendes, e também com os deputados federal, Emanuelzinho (MDB), e estadual, Wilson Santos (PSD). Além de representantes do segmento da pesca no estado. Ouviu os argumentos de ambas as partes e já declarou que vai tentar uma conciliação antes de emitir seu parecer.

"O ministro disse que vai tentar uma conciliação entre o governo Federal, que tem uma lei própria da pesca que vigora em todo o Brasil, e o estadual, que fez esta reforma na lei 9.096/2009, mudando a política da pesca em MT. Então, inicialmente, ele não vai conceder a liminar solicitada pelo MDB e nem pelo PSD, mas também não vai negá-la. Antes, vai tentar esta conciliação. [...] Como o relator já recebeu pareceres contrários ao Transporte Zero, estamos muito confiantes que esta lei deverá cair", explicou Wilson Santos.

APOIO FEDERAL

Ministro de Lula afirma que irá "investir forte" no VLT em Cuiabá

Da redação

O ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou que irá ajudar Cuiabá na mobilidade urbana, com a articulação para a implantação do Veículo Leve Sobre Trilho (VLT). A fala foi feita na segunda-feira, 8 de janeiro, durante o ato simbólico convocado pelo presidente Lula (PT) para marcar o aniversário de um ano dos atos de vandalismo registrados contra as sedes dos Três Poderes em janeiro de 2023.

O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) está em Brasília e publicou um vídeo ao lado do ministro. Padilha ressalta os investimentos realizados pelo governo federal em Cuiabá e garante que irá "investir forte na mobilidade urbana".

"Grande abraço a todos de Cuiabá, um abraço ao nosso prefeito aqui, grande liderança aqui, grande população de Cuiabá já sabe dessa

parceria do presidente Lula com nosso prefeito, que vai conseguir fazer cada vez mais coisas para Cuiabá, levando recursos para habitação, saúde, educação e vamos investir forte na mobilidade urbana na cidade com o VLT. O ministro Jader Filho, ministro das Cidades, está cada vez mais compreendendo essa ideia. O prefeito trouxe a proposta, Emanuel Filho, que é o vice-líder do nosso governo aqui na Câmara dos Deputados, também tem trazido esse tema. Então, pode contar conosco, pode contar conosco através do presidente Lula para melhorar a mobilidade urbana de Cuiabá", disse Padilha.

Emanuel garante que o projeto do VLT cuiabano já foi pré-selecionado para ser uma das obras integrantes do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Segundo o prefeito, a nova proposta está estimada em R\$ 4,9

bilhões e contará com novos trechos que ampliarão o trajeto inicial do modal.

"O projeto do VLT Cuiabano, com seus complementos, foi pré-qualificado, foi pré-selecionado, ou seja, o sistema abriu e aceitou a nossa proposta. Com essa aprovação, será possível realizar o sonho do povo Cuiabano em ter um transporte sustentável, silencioso, digno, que vai promover não só o desenvolvimento econômico, urbano e social, mas vai garantir dignidade para os usuários do transporte coletivo. Vamos virar a página do transporte coletivo, colocando Cuiabá na linha de frente das grandes cidades do Brasil e do Mundo que adotaram o moderno sistema do VLT", esclareceu Pinheiro.

Ainda nesta semana, o prefeito de Cuiabá manterá agendas em Brasília para tratar da implantação do VLT na capital.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Várzea-grandenses terão 20% de desconto para o Alvará de 2024

Da redação

A Prefeitura de Várzea Grande anunciou o lançamento do Alvará 2024 de Localização e Funcionamento, trazendo novamente a antecipação do vencimento para o dia 26 de janeiro. Essa medida vem acompanhada de descontos especiais, incentivando os contribuintes a regularizarem suas obrigações fiscais.

Para aqueles que optarem pelo pagamento em cota única até o dia 26 de janeiro, será concedido um desconto de 20% sobre o valor total do Alvará, desde que não haja débitos de anos anteriores. Há também a opção de efetuar o pagamento em cota única até o dia 26 de fevereiro, com desconto de 10%, contanto que o contribuinte esteja em dia com o Tesouro Municipal, quitando eventuais débitos de anos anteriores.

A terceira opção é o parcelamento em até três vezes, sem descontos, sendo que a primeira parcela vence em 26

de fevereiro. Cada parcela não pode ter um valor inferior a 05 UPF/VG (Unidade Padrão Fiscal de Várzea Grande), equivalente a R\$ 193,80, considerando que a UPF em Várzea Grande é de R\$ 38,76.

O prefeito Kalil Baracat ressaltou a importância da parceria com a população, comerciantes e empresários para impulsionar o desenvolvimento da cidade. Ele afirmou: "Nosso compromisso é aplicar corretamente os recursos advindos da arrecadação de impostos em prol de uma Várzea Grande melhor para todos, gerando emprego, renda e oportunidades."

A secretária de Gestão Fazendária, Lucinéia dos Santos Ribeiro, destacou a relevância do Alvará como uma receita fundamental para a Administração Municipal. Ela enfatizou que o documento é essencial para comerciantes, empresários e industriais, permitindo o funcionamento regular dentro da economia local.

Para obter o Alvará, as empresas devem cumprir uma série de exigências legais fiscalizadas pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, especialmente em relação às licenças ambientais.

Os recursos arrecadados por meio do Alvará são destinados conforme a legislação, sendo 25% destinados à Educação, 15% à Saúde e o restante a outros setores como social, segurança e obras estruturantes.

Uma novidade deste ano é a emissão totalmente online do Documento de Arrecadação Municipal (DAM) para recolhimento do Alvará/2024, acessível pelo site oficial de Várzea Grande em www.varzeagrande.mt.gov.br. Além disso, a inclusão do QR-CODE na propaganda oficial facilita o acesso direto ao site, onde é possível emitir o Alvará, boletos, Boletim de Cadastro Econômico (BCE) e realizar a autenticação para garantir a regularidade junto ao Município.

SOLIDEZ FISCAL

Baixo endividamento, hoje em 12,3% da receita líquida, evidencia gestão eficiente e mantém Mato Grosso entre os estados mais competitivos

Dívida pública de MT reduz R\$ 3 bi

Gilberto Leite

Da redação

O Governo de Mato Grosso reduziu a dívida pública do Estado em cerca de R\$ 3 bilhões nos últimos quatro anos, indicando uma trajetória sustentável para as contas públicas. A dívida consolidada do Estado de Mato Grosso atualmente é de R\$ 3,78 bilhões, representando 12,35% da receita corrente líquida (RCL).

De acordo com a Secretaria de Fazenda (Sefaz), em 2019, a dívida consolidada era de R\$ 6,46 bilhões. Após medidas e ajustes fiscais, esse montante foi reduzido para R\$ 5,11 bilhões em dezembro de 2022 e alcançou a marca de R\$ 3,78 bilhões em dezembro de 2023.

O baixo endividamento evidencia uma gestão eficiente e mantém Mato Grosso entre os estados mais competitivos e com melhor solidez fiscal. O secretário de Fazenda, Rogério Gallo, destaca a importância da responsabilidade fiscal e da eficaz gestão dos recursos públicos.

"Nos últimos anos, por meio de uma gestão fiscal responsável e eficiente, o Governo quitou dívidas significativas. Estamos comprometidos em continuar trabalhando para manter Mato Grosso como referência em boa gestão financeira, fortalecer a base econômica do Estado e proporcionar uma qualidade de vida cada vez melhor para os cidadãos", afirmou o secretário.

O resultado obtido nos últimos quatro anos foi impulsionado, principalmente, pela quitação da dívida que o Estado tinha com a Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 572 milhões, em 2021. O empréstimo havia sido contraído em 2012 para custear as obras do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT).

A liquidação antecipada de dívidas de contratos DMLP (Dívida de Média e Longo Prazo) e o pagamento integral da dívida com o Bank of America também contribuíram para a redução do estoque da dívida pública. O valor liquidado de contratos DMLP foi de R\$ 536 milhões. Já o

pagamento ao Bank of America atingiu a soma de US\$ 248.883.034 e foi efetuado no ano de 2019.

A redução da dívida pública do Governo do Estado evidencia que Mato Grosso possui capacidade de endividamento e recursos para cumprir as obrigações financeiras e fazer investimentos. Além de abrir espaço para contratação de novas operações de crédito junto ao mercado financeiro com aval da União, esse resultado mantém o Estado no topo do ranking de capacidade de pagamento, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com nota A na CAPAG (Capacidade de Pagamento).

Em 2023, pelo terceiro ano consecutivo, Mato Grosso foi avaliado com a nota máxima em todos os indicadores relacionados à Capacidade de Pagamento. Além da capacidade de endividamento, a STN analisou dados da poupança corrente e da liquidez do Estado. Para obter a CAPAG o indicador de endividamento tem que ser menor que 60%.



Gallo aponta que governo quitou dívidas significativas nos últimos anos, melhorando sua situação fiscal

O endividamento do Estado também é um dos indicadores do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF), do Tesouro Nacional. Nessa avaliação, o Governo de Mato Grosso cumpriu todas as metas e os compromissos, referente ao exercício de 2022. O

relatório com os cumprimentos das metas do PAF e com a nota A na CAPAG foi divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional em outubro de 2023.

De acordo com a Sefaz, os números da dívida pública ainda são preliminares tendo em vista que o exercício de

2023 ainda não foi fechado. O valor da dívida consolidada de 2023 deverá compor o relatório de gestão fiscal (RGF) que será publicado no final deste mês de janeiro. Conforme prevê a LRF, o relatório deve ser publicado até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre.

ENERGIA ELÉTRICA

Nove entidades filantrópicas terão isenção no ICMS durante este ano

Lorrana Carvalho | Sefaz-MT

O Governo de Mato Grosso concedeu isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente na tarifa de energia elétrica para nove entidades filantrópicas de saúde do Estado, classificadas como beneficentes, em 2024. As en-

tidades situadas em seis municípios foram contempladas com percentuais de isenção que variam entre 57% e 100%.

Das nove unidades de saúde beneficiadas, a Associação Espírita Beneficente Paulo de Tarso, de Rondonópolis, terá isenção total de 100%. Já a Associação Beneficência Poconeana (Poconé) e Associa-

ção de Proteção à Maternidade e à Infância de Cuiabá terão a conta de energia reduzida em 95% e 90%, respectivamente, em relação ao ICMS. Os percentuais de desconto na energia elétrica de cada unidade constam na Portaria nº 253/2023.

De acordo com a Secretaria de Fazenda (Sefaz), entre os critérios

utilizados para definir os percentuais do benefício fiscal está a quantidade de leitos disponibilizados pela instituição para atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A isenção do ICMS é concedida de janeiro a dezembro e não pode ultrapassar o limite de R\$ 100 mil mensais por instituição. O benefício fiscal é concedido por

meio da adesão de Mato Grosso ao Convênio ICMS 19/16, do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que autoriza os estados isentar o ICMS da energia elétrica para hospitais filantrópicos.

As entidades que tiverem interesse em aderir ao benefício devem fazer o pedido via sistema e-Process, dis-

ponibilizado no site da secretaria, utilizando o modelo "Regime Especial/Pedido de Termo de Acordo". O requerimento deve ser direcionado à Unidade de Política Tributária Estadual (UPTE), com documentos como atos constitutivos da entidade, demonstrativos contábeis e procuração, até o mês de setembro de cada ano.

SAFRA DESAFIADORA

CTECNO ajuda a melhorar produção

Da redação

As ondas de calor e as chuvas irregulares, abaixo do volume esperado, fizeram com que a safra de soja 2023/24 em Mato Grosso fosse a mais desafiadora da história. Porém, esse cenário permitiu que os pesquisadores do campo experimental da Associação dos Produtores de Soja e Milho de MT (Aprosoja-MT) avaliassem como os manejos de rotações de culturas e construção de perfil de solo contribuíram para boas produtividades, mesmo nesse cenário desafiador.

De acordo com a pesquisadora Daniela Basso Facco, do CTECNO Parecis, em Campo Novo do Parecis, foi possível observar o desempenho das diferentes plantas de coberturas na cultura da soja. Os resultados dos experimentos serão divulgados aos produtores no Dia de Campo, que será realizado nos dias 17 e 18 de janeiro.

"Já tínhamos observado em anos com boas precipitações, mas nessa safra ficou bem claro

a importância da presença da planta de cobertura, onde conseguimos manter uma maior umidade do solo e uma menor temperatura", destaca Daniela, que acrescentou que houve a redução de perdas das plantas por escaldadura.

"Onde a gente não tinha palhada, tivemos uma dificuldade maior de fazer a implantação da cultura, é onde ela sofreu mais com as condições climáticas", completou.

Também foi possível analisar como o estresse hídrico afetou as plantas em diferentes fases de desenvolvimento. Facco enfatiza que as plantas de ciclo mais longo que sofreram estresse hídrico na fase vegetativa conseguiram recuperar após a retomada das chuvas, ao contrário dos materiais de ciclo mais curto que enfrentaram a seca no período reprodutivo.

"Vamos trazer uma abordagem sobre a importância da planta de cobertura, o tipo de cobertura, como isso influenciou no desenvolvimento da soja e em que momento isso foi

mais impactante. Também vamos abordar sobre como manejar a adubação potássica em situações onde temos mais ou menos cobertura. Além disso, vamos abordar sobre como essa condição climática influenciou os diferentes materiais genéticos", afirmou Daniela.

CTECNO PARECIS - O CTECNO Parecis é uma área experimental conduzida pela Aprosoja-MT desde 2016. O centro tecnológico fica localizado em uma área total de 88 hectares, com textura de solo majoritariamente arenoso, com até 35% argila, destinada às pesquisas que auxiliam o produtor rural com áreas nessas condições.

O Dia de Campo será realizado nos dias 17 e 18 de janeiro de 2024. O CTECNO Parecis fica localizado em Campo Novo do Parecis, na Fazenda Vô Arnoldo (Agroluz Agrícola), MT-170, km 83, 8 km à direita. O produtor que queira participar da visita pode se inscrever gratuitamente através do link <https://eventos.aprosoja.com.br/evento/31>.

Estamos no mercado desde 1991 atuando no ramo vidreiro. Nossa maior prioridade é a satisfação de nossos clientes, buscando cada vez mais a excelência em nossos produtos e qualificando nossos profissionais.

Esquadrias de ALUMINÍO

SERRALHERIA COMPLETA
Máquinas de última geração

LINHAS:	CORES:
<ul style="list-style-type: none"> ☉ Suprema ☉ Gold ☉ 30 Infinite ☉ 42 Reforçada 	<ul style="list-style-type: none"> ☉ Bronze ☉ Branco ☉ Prata Fosco ☉ Amadeirado ☉ Preto

Vidraçaria & Serralheria

Todos os nossos produtos são fabricados com equipamentos de última geração e com a mais alta tecnologia. A utilização de matéria prima da melhor qualidade garante a durabilidade dos nossos produtos.

NOSSOS PRODUTOS

- ☉ Envidraçamento de Socadas
- ☉ Coberturas de Vidro
- ☉ Box para Banheiro
- ☉ Guarda-Corpo de Vidro
- ☉ Espelhos
- ☉ Esquadrias de Alumínio
- ☉ E muito mais...

Fale Conosco
(65) 3642-3344
Ligue agora!

Av. Gonçalo Antunes de Barros, 285
Bosque da Saúde, Cuiabá - MT, 78050-175
www.casadosvidrosmt.com.br

OPORTUNIDADES

Cidades com foco na agricultura concentram oportunidades para trabalhadores com ou sem experiência anterior e formação específica

Safrá faz contratações dispararem

Da redação

O período de safra da soja deve movimentar o mercado de trabalho na região de Primavera do Leste, no Mato Grosso, abrindo oportunidade também para trabalhadores de outras cidades como Alto Garças, Alto Araguaia, Alto Taquari e Rondonópolis. A contratação de trabalhadores na modalidade de temporários é estratégica para o sucesso e eficiência da produção agrícola da região e a estimativa é de que mais de 60 profissionais sejam contratados.

Regiane Barbosa, gerente regional da Employer Recursos Humanos em Rondonópolis, explica que a contratação é feita de acordo com a sazonalidade.

“Os temporários são contratados para atuar em períodos específicos, de acordo com o calendário agrícola e desempenham funções importantes para a economia, contribuindo de forma significativa para o processamento da cultura. São diversas as oportunidades existentes desde a colheita, com a operação de maquinários como colheitadeiras, tratores e outros equi-

pamentos, até trabalhos manuais como a classificação de grãos e transporte dos insumos”, explica.

Segundo a executiva, existem oportunidades para trabalhadores com ou sem experiência anterior e formação específica.

“É uma boa oportunidade para quem precisa adquirir experiência ou que está fora do mercado de trabalho e quer retornar, se tornando economicamente ativo”, diz. “Além das atividades mais operacionais, como armazenagem e processamento, manutenção de equipamentos, surgem vagas administrativas como controle de estoque e outras tarefas relacionadas à gestão, por exemplo”.

A gerente explica que muitos desses trabalhadores sazonais vêm de outras regiões em busca de oportunidades de emprego temporário, gerando um impacto positivo nos setores de comércio e serviços da cidade.

“É comum que em períodos de safras sejam contratados trabalhadores de outras cidades da região, como Alto Garças, Alto Araguaia, Alto Taquari e Rondonópolis. Além de contribuir para



Período de safra da soja deve movimentar o mercado de trabalho em todo o estado de Mato Grosso

para dinamizar a economia local, a contratação em período de safra proporciona oportunidades econômicas para os trabalhadores que, em muitos casos, dependem dessas oportunidades sazonais para sustentar suas famílias”.

Regiane Barbosa alerta ainda que as contratações já estão em andamento e, por isso, é importante que os profissionais interessados

façam o seu cadastramento.

“Nesse momento, estamos recebendo os currículos dos trabalhadores, montando uma base de dados para iniciarmos as contratações. É importante que o trabalhador interessado em preencher uma das vagas disponíveis faça o seu cadastro, garantindo uma oportunidade”.

Além de salários compatíveis com a fun-

ção, os trabalhadores recebem benefícios como vale alimentação e transporte.

COMO SE CANDIDATAR - A Employer Recursos Humanos em Rondonópolis está localizada na Av. Frei Servácio, nº 637 - Santa Cruz, próximo a Igreja Santa Cruz. Informações sobre os serviços prestados estão disponíveis no site da regional ou podem ser obtidas pelo telefone

(66) 9 9901 - 6774 ou (66) 3421 - 6377.

Os profissionais em busca de oportunidade podem conferir as vagas disponíveis e cadastrar o currículo no Banco Nacional de Empregos, BNE.

DIREITOS DO TEMPORÁRIO - Na modalidade temporária, o trabalhador tem anotação em carteira e os direitos assegurados pela legislação 6.019/1974. Dentre os direitos, estão incluso pagamento de horas extras, descanso semanal remunerado, 130 salário e férias proporcionais ao período trabalhado. Ele recebe 8% dos seus proventos a título de FGTS e o período como temporário conta como contribuição para a aposentadoria.

Vale ressaltar que na legislação, o trabalhador temporário pode ser contratado por até 180 dias, com a possibilidade de prorrogação por mais até 90 dias. A efetividade pode acontecer a qualquer momento desse período. Junto à Previdência, o trabalhador temporário também tem todos os direitos garantidos, desde que se respeite a carência mínima exigida para o pagamento dos benefícios.

CRISE NO CAMPO

Mato Grosso terá a maior perda de safra

Gabriel Soares

A safra 2023/24 ainda está no começo, mas os estragos causados pelo clima quente e seco já podem ser sentidos em Mato Grosso, causando grande impacto na produção brasileira de grãos. O relatório mais recente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) indica uma perda de mais de 11 milhões de toneladas em relação à previsão inicial, feita em outubro de 2023. Com isso, a nova projeção da safra aponta para uma produção de 306,4 milhões de toneladas de grãos, uma redução de 13,5 milhões de toneladas em relação à safra anterior.

Castigado por várias ondas de calor e forte estiagem, Mato Grosso deve liderar as perdas da safra de grãos brasileira. Devido à falta de regularidade nas chuvas, a maioria das lavouras de soja não conseguiu atingir o desenvolvimento pleno. Como resultado, a Conab projeta uma perda de 11,4 milhões de toneladas de grãos no estado, saindo dos 101

milhões registrados na safra 2022/23 para 89,6 milhões nesta temporada. Isso representa uma perda de 11,3% na produção.

Maior produtor de grãos do país, Mato Grosso sofrerá as maiores perdas desta temporada, quando considerados os números absolutos. O volume da quebra de safra em Mato Grosso é quase quatro vezes maior que o segundo colocado, Goiás, que deve registrar perda de 3,1 milhões de toneladas de grãos. Em terceiro lugar está o Paraná, com perdas de 2,8 milhões de toneladas. Por outro lado, o Rio Grande do Sul deve surpreender, com um aumento de 11,2 milhões de toneladas na produção desta temporada.

Somente a safra de soja em Mato Grosso deve recuar 5,4 milhões de toneladas em relação à temporada anterior, segundo a Conab, uma queda de 11,84%. Com isso, a expectativa é de que sejam colhidas 40,2 milhões de toneladas de soja. Apesar de drástica, essa previsão ainda é mais conservadora que

a análise feita pela Associação dos Produtores de Soja e Milho (Aprosoja-MT), que prevê uma quebra de 20% na safra, com produção de ‘apenas’ 36,1 milhões de toneladas.

Relatório da Conab mostra que situação das lavouras de soja em Mato Grosso é bastante variada, mas a predominância é de evolução ruim.

COLHEITA ANTECIPADA - O resultado dos problemas climáticos é visto por quem passa pelas lavouras. Os últimos talhões de soja estão sendo plantados ao mesmo tempo em que as colhem os primeiros grãos. A colheita precisou ser antecipada em algumas regiões devido ao estresse climático causado pelo tempo seco e quente. Segundo a Conab, a situação predominante nas lavouras de Mato Grosso é ‘regular’ ou ‘ruim’.

“[...] devido à falta de chuva regular, além dessas áreas, muitas roças, com plantas ainda em porte pequeno, estão entrando em processo de maturação antecipada entre 10 dias e

20 dias, o que deve aumentar o percentual de lavouras colhidas ainda em dezembro, em comparação às safras anteriores. Parte dessas áreas prontas apresentam problemas com menor número de vagens por planta, bem como menor quantidade e qualidade dos grãos”, diz o relatório da Conab.

Devido às perdas iniciais durante a estiagem, alguns produtores resolveram desistir de plantar soja e aproveitaram para antecipar o plantio de outras culturas, como algodão, milho e arroz, que estavam com jane-

las mais favoráveis para cultivo.

“Diante do quadro climático, a produtividade estimada reduziu de 3.535 kg/ha para 3.290 kg/ha, em relação ao último prognóstico, podendo ser impactada ainda mais no decorrer da colheita da soja”, aponta a Conab.

MERCADO - Quanto ao comportamento de mercado, a redução na estimativa da produção de soja apontada pela Conab deverá implicar também em menor exportação da oleaginosa em grãos neste ano. Além disso, o Conse-

lho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou o aumento de biodiesel ao diesel, de 12% para 14%, o que indica que haverá um incremento na demanda interna de óleo de soja.

“A quantidade de soja esmagada será ajustada em 119 mil toneladas, totalizando aproximadamente 53,4 milhões de toneladas, devido ao aumento da proporção de biodiesel adicionado ao diesel. Portanto, espera-se que os estoques finais em 2024 sejam de aproximadamente 3,58 milhões de toneladas”, aponta o relatório.

DESENROLA

Mais de 6 mil renegociaram as dívidas do FIES em MT

Da redação

Dois meses após o lançamento do “Desenrola do Fies”, ação do governo federal para a renegociação de dívidas com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), cerca de 164,5 mil pessoas já foram beneficiadas com descontos, que podem chegar a 99%. Os acordos, nesse período, totalizam mais de R\$ 7,6 bilhões renegociados, que geraram um retorno de R\$ 338 milhões aos cofres públicos até o momento.

Executada pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a iniciativa oferece condições atrativas para aqueles

que possuem débitos relacionados a contratos celebrados até 2017, em fase de pagamento e com inadimplência registrada até 30 de junho de 2023.

O diferencial da medida é a possibilidade de descontos expressivos no valor consolidado da dívida, que seguem critérios estabelecidos na Lei n. 14.719/2023, variando entre 77%, 92% e 99%. Quanto aos juros, o abatimento pode ser integral, ou seja, até 100%.

“A iniciativa oferece condições atrativas para aqueles que têm débitos relacionados a contratos celebrados até 2017, em fase de pagamento e com inadimplência registrada até 30 de junho de 2023”, informou o MEC.

A renegociação do Fies visa auxiliar 1,2 milhão de brasileiros que enfrentam dificuldades financeiras devido a débitos junto ao Fundo. Com isso, promove-se a equidade no acesso ao ensino superior, assim como o alívio do ônus financeiro que muitos estudantes e ex-estudantes suportam.

Os pedidos de renegociação ou simulação devem ser feitos junto ao banco com o qual o contrato foi firmado: Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Todo o processo pode ser realizado de forma virtual, por meio dos aplicativos dos bancos.

O prazo para a solicitação vai até 31 de maio de 2024.

PUBLICIDADE LEGAL
ANUNCIE BALANÇOS,
EDITAIS E AVISOS.
(65) 99228-9990
ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS
• CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS
ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...
PUBLICAR